



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro JORGE CAETANO

TCDF
Processo nº: 0364/95
Fls. _____
Rubrica _____

PROCESSO Nº : 0364/95 (A) (Volumes I e II)
APENSO Nº : 082.012.260/94
ÓRGÃO DE ORIGEM : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ASSUNTO : APOSENTADORIA

EMENTA

Aposentadoria de MARIA DAS DORES COSTA. Ato considerado ilegal pela Corte. Retificação do ato de concessão com respaldo na Decisão nº 2050/97. Revisão de proventos. Diligência preliminar.

RELATÓRIO

Examina-se, neste processo, o ato de aposentadoria voluntária por tempo de serviço, com proventos proporcionais, de MARIA DAS DORES COSTA, nos termos da Instrução de 03/11/94, retificada pela Instrução de 01/06/99, e o de revisão de proventos para considerá-los integrais, com base no § 3º do art. 1º da Lei nº 1.864/98 e 3º da EC nº 20/98, a contar de 04/06/98, nos termos da Instrução de 03/05/00.

Este egrégio Plenário, em 13/06/96, adotou a Decisão nº 4911/96, fl. 81, nos seguintes termos:

“... I - considerar ilegal a concessão de que trata o processo, por insuficiência do tempo de serviço mínimo exigido, devendo a FEDF adotar as providências daí decorrentes, observado o que consta do item 6 da referida proposta; II - determinar àquela entidade jurisdicionada que providencie, no prazo de 30 (trinta) dias: a) junto à servidora, manifestação sobre o seu interesse em nova aposentadoria, esta com proventos proporcionais, tendo por fundamento os arts. 186, inciso III, alínea c, da Lei no 8.112/90 e 41, inciso III, alínea c, da Lei Orgânica do Distrito Federal, computando-se o tempo de inatividade (de 16.11.94 até o dia imediatamente anterior ao da publicação do ato referente à nova concessão), não servindo este período para o deferimento de qualquer outro benefício (art. 103, parágrafo 1o, da Lei no 8.112/90, citada); b) se houver a opção



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro JORGE CAETANO

TCDF
Processo nº: 3379/93
Fls. _____
Rubrica _____

pela aposentadoria, na conformidade indicada na alínea anterior, a expedição do ato correspondente, com a conseqüente realização dos demais procedimentos, incluído novo demonstrativo do tempo de serviço, observando-se o disposto no item II da Decisão Normativa no 02/93-TCDF; c) não havendo a opção, o retorno da servidora ao serviço ativo.”

A servidora se insurgiu contra essa decisão em duas ocasiões. Contudo, por terem sido apresentados, intempestivamente, os pedidos de reexame por ela interpostos, deixaram de ser conhecidos pelo Tribunal (Decisões nºs 1404/98 e 7584/98, adotadas em 17/03/98 e 29/09/98, respectivamente).

Posteriormente, a interessada optou pela aposentadoria proporcional, mediante retificação do ato inicial, conforme se vê às fls. 358/359 e 366. A formalização se deu com o ato retificatório de fl. 368, editado em 01/06/99. Em seguida, em virtude do requerimento de fl. 389/390, foi editado o ato de revisão de fl. 394 para considerar os proventos integrais com fulcro no art. 1º, § 3º, da Lei nº 1.864/98, a contar de 04/06/98.

ÓRGÃO TÉCNICO – A instrução da 4ª ICE, fls. 398/403, com relação à inclusão no ato do § 3º do art. 1º da Lei nº 1864/98, considera, em homenagem ao princípio da economia procedimental, dispensável tal procedimento, inobstante entender correto os atos já publicados com tal fundamentação. A esse respeito, lembra que a jurisdicionada já foi cientificada da decisão desta Corte, no sentido de que esse dispositivo deve figurar apenas no campo "observações" do Demonstrativo de Tempo de Serviço. Assim, aponta a necessidade de diligência preliminar para adoção da providência indicada à fl. 402.

VOTO

O Tribunal tem permitido a conversão da modalidade de aposentadoria, mediante simples retificação do ato inicial, nos termos da Decisão nº 2050/97, exarada nos seguintes termos:

“...I) no caso de a Corte julgar ilegal uma concessão com proventos integrais, devido a insuficiência de tempo de serviço, a fundamentação legal da aposentadoria pode ser retificada (com anuência expressa do interessado), para a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro JORGE CAETANO

TCDF
Processo nº: 3379/93
Fls. _____
Rubrica _____

modalidade de inativação com proventos proporcionais ao tempo de serviço (alínea a do item I). Não havendo determinação quanto ao ressarcimento dos valores pagos a maior, a causa da ilegalidade deverá ser avaliada pela Administração. Na hipótese de falha na interpretação de norma legal de regência, a restituição do indébito é dispensável. Tratando-se, todavia, de erro crasso de procedimento, como, por exemplo, mero equívoco na contagem do tempo de serviço, o ressarcimento é obrigatório (alínea b);

Assim, à vista dos termos da instrução, VOTO no sentido de que este egrégio Plenário:

- I - reveja o item I da Decisão nº 4911/96, que considerou ilegal a aposentadoria voluntária especial de MARIA DAS DORES COSTA, em decorrência da edição do ato de retificação de fl. 368, conforme previsto na Decisão nº 2050/98, uma vez que a servidora optou por aposentadoria com proventos proporcionais;
- II - determine o retorno dos autos apensos à Secretaria de Educação, em diligência preliminar, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam adotadas as seguintes providências:
 - a) quanto à aposentadoria:
 - a.1) retificar a Instrução de 03/11/94, fl. 37, alterada pela Instrução de 01/06/99, fl. 368, para incluir em sua fundamentação legal os arts. 4º e 8º da Lei nº 8.911/94;
 - b) quanto à revisão de proventos:
 - b.1) elaborar Abono Provisório, em substituição ao de fl. 397, observando a Decisão Normativa nº 02/93 – TCDF, para calcular a parcela referente aos quintos incorporados (2/5 DF-11; 2/5 DF-06; 1/5 DF-07) pelo valor da retribuição do cargo comissionado – Vencimento percebido acrescido da Representação Mensal -, conforme Decisão 3395/99;
 - b.2) tornar sem efeito o documento substituído.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro JORGE CAETANO

TCDF
Processo nº: 3379/93
Fls. _____
Rubrica _____

Brasília - DF, de novembro de 2003.

JORGE CAETANO
Conselheiro